

# DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO INDÍGENA ÀS EXPERIÊNCIAS DE ACADÊMICOS: UM ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)

Iracy Martins de Amorim<sup>1</sup>  
iracyamorim@uft.edu.br

Carlos Alberto Moreira de Araújo Junior<sup>2</sup>  
adm.junior@uft.edu.br

Carlos Wiennery da Rocha Moraes<sup>3</sup>  
carloswmr@hotmail.com

Pôster  
GT: Sociologia

**Resumo:** O presente trabalho, em andamento, visa desenvolver um estudo que enfoca as políticas de inclusão indígenas e seus respectivos reflexos nas experiências desses sujeitos, no processo de formação acadêmico, na Universidade Federal do Tocantins - TO. Neste contexto essa pesquisa tem o objetivo de analisar as políticas de inclusão indígena e como elas se materializam nas experiências desses acadêmicos, vivenciadas no processo de formação. Nesse sentido, daremos voz aos discentes a fim de emergir escutas que contribuam para uma melhor adequação, no processo de inclusão e formação indígena, uma vez que historicamente esses sujeitos foram excluídos da sociedade. A metodologia consiste, primeiramente, na pesquisa de campo, pelo período de 3 (três) meses para observar os movimentos estudantis que envolvem questões indígenas na UFT. Após esse período, será realizada a observação participante, em sala de aula, oportunidade em que faremos uso da ficha-roteiro para registrar a relação entre professores, alunos indígenas e não indígenas e, assim, delinear o questionário a ser aplicado aos sujeitos da pesquisa. As questões terão caráter semi-estruturado, ou seja, com perguntas fechadas e abertas. De posse do questionário aplicaremos as perguntas a 20 (vinte) acadêmicos indígenas. Para complementar, entrevistaremos os professores para compreendermos como esses profissionais contribuem nessa temática, em suas aulas expositivas. Os dados terão como finalidade apresentar resultados que nos faça conhecer as dificuldades enfrentadas, por acadêmicos indígenas, no processo de formação, assim como, os desafios provocados, em razão do contraste da cultura indígena e a vida que esses sujeitos experienciam na cidade.

**Palavras-chave:** Políticas de inclusão indígena, formação, Universidade.

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Contábeis e pós-graduada em Gestão e Auditoria na Administração Pública.

<sup>2</sup> Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Luterana do Brasil (CEULP/ULBRA). Pós-Graduando do Curso de Direito Administrativo da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

<sup>3</sup> Mestre em Ensino de Língua e Literatura. (UFT).

## **INTRODUÇÃO**

Vivemos em um mundo, multifacetado, repleto de ideologias dominantes, marcado por contrastes e desigualdades, onde, a grande maioria da população sofre escassez e exclusão. Não se trata apenas de má distribuição de recursos financeiros, mas de outros bens e direitos necessários a uma sociedade constituída por classes desiguais. Nesse sentido, concordamos com Guimarães (2002, 17) ao citar que “O político se constitui pela contradição entre a normatividade das instituições sociais que organizam desigualmente o real e a afirmação de pertencimento dos não incluídos”.

A sensação de exclusão é inegável no discurso popular e provoca uma certa coerção de força que contribue para a legitimidade de ações de inclusão no âmbito das instituições públicas. Essa reação popular tem surtido efeito nas políticas estatais e precisa ser mais consistente. Em razão disso, nesse trabalho, procuramos dar voz aos acadêmicos indígenas para compreendermos como as legislações, voltadas para essa comunidade, são trabalhadas na Universidade e como elas se materializam no processo acadêmico. Nesse contexto de ações sociais indígenas, entendemos que não se trata apenas de abrir cotas para esses sujeitos, mas também, da necessidade do entendimento que socialmente essa comunidade tem costumes diferenciados que devem ser considerados e respeitados para que eles possam ser incluídos, de fato, na sociedade urbana. Em razão disso, a pergunta norteadora desse trabalho é: Como se efetiva o processo de formação indígena na Universidade Federal do Tocantins – UFT – campus de Palmas? Com base nesse questionamento formulamos o nosso objetivo geral que é analisar as políticas de inclusão indígena e como elas se materializam nas experiências desses acadêmicos, vivenciadas no processo de formação na Universidade.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo se define como um estudo de caso, de natureza qualitativa, compreendido como uma estratégia metodológica que consiste na abordagem, com técnicas apropriadas, de situações específicas. O caso pode ser um acontecimento, individual ou coletivo, dentro de um determinado contexto ou situação social. Yin (2005) diz que estudo de caso é uma forma de se fazer pesquisa investigativa de fenômenos atuais dentro de seu

contexto real, em situações em que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente estabelecidos.

Inicialmente, será feito um estudo bibliográfico sobre o tema, visando a identificação de um grande número possível de informações sobre o problema em questão com ênfase nos trabalhos já concluídos sobre os indígenas nas universidades. As fontes a serem pesquisadas incluem principalmente artigos, livros, dissertações, teses e publicações científicas.

A pesquisa de campo será realizada na Universidade Federal do Tocantins- Campus de Palmas – TO. Para tal escolha será levado em consideração o sistema de cotas indígenas que determina 02 acadêmicos indígenas em cada curso. Também será considerada a quantidade de cursos oferecidos nesse campus.

Para geração de dados primeiramente, faremos a observação participante, definida como “uma técnica que tem por objetivo colher o maior número de informações nas áreas cognitiva, afetiva e psicomotora, embora a primeira apresente maiores dificuldades” (ERTHAL, 2003, p. 38). Nessa perspectiva, a observação participante será realizada em sala de aula, oportunidade, em que faremos uso da ficha-roteiro para anotar aspectos da relação entre professores, alunos indígenas e não indígenas a fim de delinear o questionário semi-estruturado.

A seguir, aplicaremos o questionário a 20 (vinte) acadêmicos indígenas. As perguntas terão caráter semi-estruturado, ou seja, com questões fechadas e abertas. Os dados, obtidos através do questionário, terão como finalidade conhecer as dificuldades enfrentadas, por esses sujeitos, na universidade no processo de formação, assim como, os desafios provocados em razão do contraste da cultura indígena e a vida na cidade. Para complementar, também faremos entrevistas com os professores para compreendermos como esses profissionais contribuem para a temática das questões indígenas em suas aulas expositivas.

Os dados serão analisados através do cruzamento das informações geradas por meio dos questionários e das entrevistas. Desta forma, buscamos compreender os entraves e as conquistas dos pesquisados e compreender os dilemas dos discentes indígenas no que toca às experiências vivenciadas no processo de formação no curso superior a fim de dirimir as diversidades sociais de cunho indígena.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O Brasil, surgiu por intermédio de uma política expansionista, na qual, Portugal, colonizou esse país a partir de 1500. Para que houvesse a estabilização do poder da coroa portuguesa era necessário, que esse país, impusesse sua ideologia dominante para postergar sua autoridade. Nesse sentido, era necessário a manipulação das classes que aqui viviam. Nesse contexto, sendo o indígena nativo no território brasileiro, ele foi um dos primeiros a passar pelo processo de subordinação. Para isso era necessário que os padres Jesuítas ensinassem a essa comunidade regras de conduta a fim de promover a manipulação e exploração dessa comunidade.

Por se tratar de uma comunidade acostumada com a liberdade e não se adaptar ao processo de escravidão, o indígena foi massacrado e ficou a margem da sociedade e por isso tem sofrido exclusão social até os dias atuais. É pensando em reparar as marcas provocadas pela injustiça histórica, no sentido de dirimir as desigualdades que as políticas públicas, ainda que de forma incipiente, têm procurado, através de ações sociais, abrir espaços para que os indígenas se adequem a sociedade urbana e é através da educação que essa inclusão pode se efetivar. O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 menciona que

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania" (BRASIL 2006).

Apesar que a Carta Magna, supracitada, apresente a educação, como direito de todos, observa-se que as comunidades indígenas continuam sendo desrespeitadas e marginalizadas, mesmo nos dias atuais. A reivindicação de uma política de educação escolar diferenciada e de qualidade ainda é motivo de luta coletiva de lideranças e organizações indígenas em amplitude nacional. Para Souza (2006 p. 45) 'As políticas públicas na sua essência estão ligadas fortemente ao Estado este que determina como os recursos são usados para benefício de seus cidadãos'

Sendo a educação um direito de todos, necessariamente precisa-se de uma política educacional que seja coerente com a cultura dos povos indígenas. Para Maggie e Frey (2004), um País democrático deveria considerar cada ser humano como um cidadão, com os mesmos direitos e deveres, respeitando as diversidades culturais. É nesse sentido que procuramos conhecer tais políticas e entender como elas se efetivam na experiência dessa comunidade. Logo, nesta pesquisa pretendemos dar voz aos indígenas para que falem de suas angústias e alegrias, decepções e conquistas no espaço universitário da UFT na capital do Tocantins.

Como um trabalho científico se pauta na relevância social, entendemos que este estudo pode trazer escutas que contribuam para uma melhor adequação, no processo de inclusão e formação indígena, uma vez que historicamente esses sujeitos foram excluídos da sociedade. Trata-se de entender a adaptação desse sujeito nessa nova realidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A sociedade brasileira é composta de uma multiplicidade de raças e etnias, que apontam para diferentes formas de sujeitos com identidades culturais diversas. É primordial que os contrastes das diferenças culturais indígenas sejam reconhecidos e dirimidos, por meio das ações de políticas públicas de educação. Há uma necessidade fundamental que tais políticas amenizem a distância e o preconceito entre indígenas e não indígenas, para a garantia dos direitos sociais. Portanto, com a análise da história de vida dos acadêmicos indígenas, na universidade, pretendemos buscar sentidos e escutas, que contribuam para promoção da equidade social, a fim de melhorar o planejamento de ações nas políticas públicas relacionadas ao currículo universitário no que toca as questões indígenas.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: Senado, 2006.

ERTHAL, T. C.. **Manual de psicometria**. 7. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

GUIMARÃES, E. **Os limites do Sentido**. Campinas: Pontes Editores, 2002;

MAGGIE, Y; FRY, P. **A Reserva de Vagas para negros nas universidades brasileiras**. Revista Estudos Avançados. V.18 n.50, São Paulo: Scielo Brasil, 2004.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura**.IN. sociologia nº 16. 2006.

YIN, R K. **Estudo de caso. Planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.